

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA VISÃO PAULOFREREANA E O
NEOLIBERALISMO NO BRASIL: IMPACTOS E CONTRAPOSIÇÕES**

GEICIELLY SOARES DA SILVA

GOIÂNIA
2025

GEICIELLY SOARES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA VISÃO PAULO FREIREANA E O
NEOLIBERALISMO NO BRASIL: IMPACTOS E CONTRADIÇÕES**

Monografia apresentada como requisito para avaliação parcial da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Dr^a. Estelamaris Brant Scarel.

GOIÂNIA

2025

GEICIELLY SOARES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA VISÃO PAULO FREIREANA E O
NEOLIBERALISMO NO BRASIL: IMPACTOS E CONTRADIÇÕES**

Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de TCC II,
no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Profa. Orientadora: Dra. Estelamaris Brant Scarel

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof./a Convidado/a:

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, ____/____/2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
------------------------	----------

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O

CONTEXTO NEOLIBERAL.....	10
---------------------------------	-----------

1.1 Pontuações históricas sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil	10
1.2 O Neoliberalismo: aproximações históricas	16
1.3 O Neoliberalismo no Brasil e a Educação.....	18

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DE PAULO

FREIRE.....	23
--------------------	-----------

2.1 Paulo Freire: vida e obra.....	23
2.2 Método Paulo Freire	29
2.3 A Educação de Jovens e Adultos na visão Paulofreireana.....	34

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	43
--------------------------	-----------

Dedico este trabalho à minha querida avó, Maria Odete Mamede, que me ensinou, com amor e força, a nunca desistir dos meus sonhos. E ao meu companheiro de quatro patas Benjamim, que esteve comigo em tantas madrugadas silenciosas, oferecendo conforto e companhia.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso vinculado à linha de pesquisa; Sociedade, Educação e Cultura, analisa os principais impactos das políticas neoliberais sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, articulando essa discussão com os fundamentos teóricos da pedagogia de Paulo Freire. Partindo da compreensão de que a EJA é historicamente marcada por processos de exclusão e desigualdade, a pesquisa busca compreender como reformas educacionais orientadas pela racionalidade neoliberal têm reconfigurado essa modalidade, reduzindo-a, em muitos casos, a ações compensatórias e tecnicistas. O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, utilizando obras de Paulo Freire, estudos sobre neoliberalismo e autores contemporâneos que analisam as políticas educacionais brasileiras. A investigação organiza-se em três eixos: o percurso histórico da EJA no Brasil; o avanço do neoliberalismo e suas interferências na educação pública; e a concepção freiriana de educação como prática de liberdade, destacando sua relevância para a resistência às tendências excludentes do modelo neoliberal. Os resultados evidenciam que, embora o neoliberalismo imponha desafios significativos à EJA como a redução de investimentos, a fragmentação de programas e a valorização da eficiência técnica, a pedagogia freireana oferece um horizonte crítico capaz de reafirmar a educação como direito, emancipação e transformação social. A investigação conclui, que a EJA, quando orientada por princípios freireanos, mantém-se como espaço de resistência e de reconstrução da cidadania.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Paulo Freire. Neoliberalismo. Cidadania.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC), linked to the research line, analyzes the main impacts of neoliberal policies on Youth and Adult Education (Educação de Jovens e Adultos - EJA) in Brazil, articulating this discussion with the theoretical foundations of Paulo Freire's pedagogy. Starting from the understanding that EJA is historically marked by processes of exclusion and inequality, the research seeks to understand how educational reforms guided by neoliberal rationality have reconfigured this modality, reducing it, in many cases, to compensatory and technical-oriented actions. The study was developed based on bibliographic research, using works by Paulo Freire, studies on neoliberalism, and contemporary authors who analyze Brazilian educational policies. The investigation is organized into three axes: the historical trajectory of EJA in Brazil; the advance of neoliberalism and its interferences in public education; and the Freirean conception of education as a practice of freedom, highlighting its relevance for resistance to the exclusionary tendencies of the neoliberal model. The results show that, although neoliberalism imposes significant challenges on EJA, such as the reduction of investments, the fragmentation of programs, and the valorization of technical efficiency, Freirean pedagogy offers a critical horizon capable of reaffirming education as a right, emancipation, and social transformation. The investigation concludes that EJA, when guided by Freirean principles, remains a space for resistance and the reconstruction of citizenship.

Keywords: Youth and Adult Education. Paulo Freire. Neoliberalism. Citizenship.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o tema desta pesquisa, isto é, a Educação de Jovens e Adultos na visão paulofreireana e o Neoliberalismo: impactos e contraposições, deriva de uma inquietação minha em relação às políticas públicas que vêm sendo direcionadas à modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Essa preocupação nasce não apenas do meu percurso acadêmico, mas também de vivências pessoais que marcaram profundamente minha trajetória educacional. Eu prezo por uma educação justa, inclusiva e de qualidade, e entendo a escola como um direito social inegociável. No entanto, enfrentei obstáculos que me levaram a buscar caminhos alternativos para dar continuidade aos meus estudos. Durante minha adolescência, precisei conciliar trabalho, responsabilidades pessoais e os estudos, o que gerou incompatibilidade de horários com o ensino regular. Por essa razão, mesmo sendo menor de idade, acabei ingressando na EJA, uma decisão que, embora necessária, evidenciou as desigualdades estruturais e as falhas do sistema educacional brasileiro.

Essa experiência reforçou meu interesse em compreender de forma mais profunda como essa modalidade tem sido tratada pelas políticas públicas e quais impactos o pensamento neoliberal produz sobre sua estrutura, funcionamento e finalidade social. A partir dessa problemática, formulei o objetivo geral da pesquisa: analisar a Educação de Jovens e Adultos tendo em vista os principais impactos trazidos a essa modalidade de ensino pelas políticas neoliberais. Esse objetivo orienta a investigação e fundamenta o desenvolvimento dos capítulos que compõem esta pesquisa.

Com base nesse objetivo geral, a pesquisa encaminhou-se por dois objetivos específicos. O primeiro consiste em conhecer a trajetória da EJA no Brasil, considerando as principais influências sofridas por essa modalidade de ensino na atualidade, direcionando a elaboração do Capítulo I. Nesse capítulo, analisa-se o percurso histórico da EJA, suas origens, transformações e permanências, evidenciando como diferentes contextos políticos, econômicos e sociais impactaram seu desenvolvimento.

O segundo objetivo específico liga-se o desenvolvimento do Capítulo II, que consiste em elaborar uma reflexão sobre a concepção do neoliberalismo e sua trajetória no Brasil, considerando suas interferências na EJA, articulando esse processo com o pensamento pedagógico de Paulo Freire. Para alcançar tal propósito, o capítulo é organizado em três partes estruturais que se complementam: inicialmente, apresenta-se a vida e a obra de Paulo Freire, destacando os acontecimentos que marcaram sua formação intelectual, política e pedagógica; em seguida, discorrer sobre as principais características de seu método de alfabetização, evidenciando os fundamentos dialógicos, críticos e humanizadores que o tornaram referência mundial; por fim, analisa-se a visão freiriana sobre a educação e suas tensões frente à ideologia neoliberal, que, historicamente, busca transformar a educação em mercadoria, esvaziando seu caráter emancipatório.

Compreender Paulo Freire como fundamento teórico desta pesquisa não representa apenas uma escolha metodológica, mas uma posição política e epistemológica. Isso porque, ao longo das últimas décadas, a EJA tem sido atravessada por reformas orientadas pela racionalidade neoliberal, que prioriza a eficiência, a produtividade e a lógica do mercado em detrimento da formação humana integral. Nesse cenário, retomar Freire significa recuperar uma concepção de educação comprometida com a autonomia, a dignidade e a emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados, princípios essenciais para compreender os desafios enfrentados por jovens e adultos que retornam ao ambiente escolar após trajetórias marcadas por exclusão.

Assim, a construção desta pesquisa se justifica tanto por sua relevância acadêmica quanto por seus aportes sociais e políticos. Ao investigar a EJA sob a perspectiva das políticas neoliberais, este trabalho busca problematizar os efeitos dessas reformas sobre uma modalidade que, historicamente, deveria cumprir o papel de promover o acesso ao conhecimento, o direito à educação e o fortalecimento da cidadania. Além disso, ao articular essa análise ao pensamento freireano, a pesquisa pretende reafirmar a importância de uma pedagogia crítica e dialógica, capaz de resistir às tendências excludentes e de manter viva a concepção de educação como prática de liberdade.

A relevância desta pesquisa também se fundamenta na necessidade de se compreender como as políticas neoliberais têm reconfigurado as práticas e concepções de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, muitas vezes reduzindo-a a programas compensatórios e fragmentados, distanciados de seu papel formativo e emancipatório. Ao analisar essas interferências, busca-se evidenciar que a EJA não pode ser pensada apenas como uma solução emergencial para suprir lacunas educacionais, mas como uma modalidade que deve garantir o direito à educação ao longo da vida, respeitando as especificidades e os percursos dos sujeitos que a ela recorrem.

Assim, ao retomar-se os pressupostos éticos e políticos da pedagogia freireana como o diálogo, a conscientização e a valorização da experiência humana este trabalho se propõe a reafirmar a importância de uma concepção de educação que ultrapasse a dimensão técnica e instrumental. Nessa perspectiva, a EJA não se limita à inserção no mercado de trabalho, mas constitui um espaço de reconstrução identitária, de fortalecimento da autonomia e de participação ativa na sociedade. Tais elementos tornam ainda mais urgente a reflexão sobre como o neoliberalismo, ao priorizar a lógica da produtividade e da eficiência, impacta diretamente o acesso, a permanência e a qualidade dessa modalidade de ensino.

Portanto, esta pesquisa se organiza de modo a aprofundar a interface entre Paulo Freire e a EJA em um cenário permeado por políticas neoliberais, reconhecendo que compreender essa relação é essencial para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a justiça social. A escolha desse recorte teórico-metodológico busca, assim, fortalecer o debate sobre a importância de uma educação crítica, inclusiva e dialógica, capaz de resistir às tendências reducionistas que marcam a contemporaneidade. Mais do que analisar políticas e teorias, este estudo reafirma que a educação deve ser entendida como direito e como prática de liberdade princípios que sustentam tanto o pensamento freiriano quanto a função social da EJA.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E O CONTEXTO NEOLIBERAL

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil revela uma modalidade que, desde suas origens, tem sido marcada por contradições e desafios estruturais. Da exclusão educacional durante o período colonial e imperial às tentativas de democratização nas décadas seguintes, a EJA percorreu um caminho permeado por avanços e retrocessos, sempre influenciado pelas transformações políticas, econômicas e sociais do país. Este capítulo, fundamentado em referenciais que tratam tanto dos aspectos históricos da educação como do neoliberalismo, tem como principal objetivo analisar a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e, posteriormente, discutir sobre os conceitos e alguns aspectos históricos relacionados ao neoliberalismo.

1.1 Pontuações históricas sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil constitui um campo fundamental para a garantia do direito à educação, principalmente por atender a um público historicamente marginalizado. Nesse sentido, compreender sua trajetória histórica é essencial para analisar os impactos das políticas neoliberais nessa modalidade de ensino, o que corresponde ao objetivo central deste trabalho. Essa modalidade de ensino tem como objetivo possibilitar o acesso à escolarização para aqueles que, por diversos fatores sociais, econômicos e culturais, não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade regular. Para Freire (2021), *Educação como prática da liberdade*, a educação precisa ser compreendida como um espaço de libertação, e não apenas de transmissão de conteúdo, pois envolve a formação integral do sujeito e sua capacidade de atuar criticamente na sociedade. Nesse sentido, conhecer a trajetória histórica da EJA permite compreender as marcas deixadas pelo passado e os desafios que persistem na atualidade. Como afirmam Haddad e Di Pierro (2000, p. 113) a seguir: “A história da educação de jovens e adultos no Brasil é marcada por avanços pontuais, mas também por profundas desigualdades e por um descaso estrutural do Estado no enfrentamento do analfabetismo”.

Esse histórico evidencia que a exclusão educacional não é fruto do acaso, mas, sim, de processos sociais e políticos que, ao longo dos séculos, limitaram o acesso à educação para amplas parcelas da população. Passemos, então, à historicização dos rumos da EJA no Brasil. A importância de se analisar a EJA sob uma perspectiva crítica também é ressaltada por Vieira (2019), ao afirmar que a modalidade cumpre um papel essencial para a inclusão social e para a democratização do conhecimento, mas ainda enfrenta entraves relacionados à falta de políticas públicas efetivas, à precarização das condições de ensino e à descontinuidade dos programas voltados a jovens e adultos. Assim, ao revisitar o percurso histórico da EJA, será possível identificar como essas questões se consolidaram e quais caminhos podem ser pensados para superá-las.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil começa ainda no Período Colonial (1500-1822) o qual foi, marcado por um sistema educacional excludente e elitista. A educação formal era restrita a uma pequena parcela da população, formada majoritariamente pelos filhos da elite colonial. De acordo com Haddad e Di Pierro, “A educação no Brasil Colônia estava voltada para a catequização e formação moral, sem preocupação com a universalização do acesso, restringindo-se às elites” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 113).

Nesse contexto, os povos indígenas, os negros escravizados e a população pobre permaneciam à margem do acesso à escolarização. O ensino era considerado um privilégio, não um direito, o que reforçava a hierarquização social existente na época. Como afirma Vieira (2019, p. 89) “[...] a educação formal, durante o período colonial, tinha como objetivo manter os interesses da elite dominante e preservar a ordem social, não contemplando o desenvolvimento crítico dos sujeitos”.

Com a chegada do Período Imperial (1822-1889), ainda que houvesse algumas iniciativas de ampliação da educação, o cenário pouco se alterou para a população adulta. A Lei de 1827, por exemplo, determinava a criação de escolas de primeiras letras em todo o território, mas, na prática, sua implementação foi insuficiente e não contemplava a maioria dos cidadãos. A alfabetização de adultos, em especial, continuava a ser negligenciada. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 114) “[...] a educação de adultos não fazia parte das prioridades do Império, pois predominava a concepção de que os analfabetos estavam destinados a ocupações subalternas, sem necessidade de instrução escolar”.

Esse cenário reforça a ideia de que, desde a formação do Brasil, o acesso à educação foi concebido como um privilégio e não como um direito social. A população pobre, majoritariamente analfabeta, permaneceu excluída do processo educativo, o que resultou na perpetuação das desigualdades sociais e econômicas. Essa exclusão histórica deixou marcas profundas que, ainda hoje, podem ser observadas no contexto da EJA.

Durante a República Velha, isto é, na Primeira República (1889-1930), a educação no Brasil ainda estava distante de se consolidar como um direito social. O ensino público era precário, insuficiente e voltado apenas para a formação das elites urbanas. A alfabetização de jovens e adultos permanecia à margem das prioridades estatais, reforçando o histórico processo de exclusão iniciado no período colonial. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 116), “[...] a educação de adultos era tratada como responsabilidade individual ou filantrópica, sem que houvesse políticas públicas sistemáticas para enfrentar o analfabetismo”.

Nesse período, o Estado brasileiro continuava utilizando a educação como instrumento de manutenção da ordem social e política, ao invés de concebê-la como um caminho para a emancipação. A população pobre, trabalhadora e majoritariamente analfabeta continuava sem acesso a programas efetivos de escolarização. Como afirma Paiva (2003, p. 84) “[...] o analfabetismo era compreendido como um problema do indivíduo, não da sociedade, cabendo a cada cidadão buscar os meios para superar sua condição”.

O Estado Novo (1937-1945)¹, sob o governo de Getúlio Vargas (1882-1954), buscou ampliar o acesso à escolarização, ainda que de forma limitada, com campanhas voltadas à alfabetização. Nessa fase, o Estado assumiu maior protagonismo nas políticas educacionais, mas com forte caráter ideológico. Haddad e Di Pierro (2000, p. 118) destacam que “[...] as campanhas de alfabetização visavam mais à integração do trabalhador ao mercado e ao fortalecimento do nacionalismo do que à promoção da cidadania e da consciência crítica”. Já no período democrático pós-Estado Novo, foi criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, considerada a primeira iniciativa nacional voltada especificamente

¹ O Estado Novo (1937-1945) foi um regime de caráter autoritário e centralizador, instituído por Getúlio Vargas, marcado pelo fortalecimento do nacionalismo, pela supressão de liberdades políticas e pelo uso da educação como instrumento de controle social e integração das massas (Fausto, 1995).

à alfabetização de jovens e adultos, ainda que limitada em alcance (Haddad; Di Pierro, 2000).

Pelo breve histórico até aqui exposto, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos foi tratada como instrumento de controle social e não como direito. Embora tenham surgido algumas ações voltadas à alfabetização, elas tinham alcance restrito e não atendiam à totalidade da população. As desigualdades de acesso e de permanência na escola continuavam a marcar profundamente a trajetória histórica da EJA no Brasil.

Na Ditadura Militar (1964-1985), houve repressão às práticas de educação popular, incluindo a prisão e o exílio de Paulo Freire, cujas propostas de alfabetização crítica foram consideradas subversivas. Como destaca Freire (1987, p. 32), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. O objetivo principal do regime era formar trabalhadores adaptados às exigências do mercado, deixando de lado a formação crítica e cidadã. Nesse contexto, a educação de jovens e adultos passou a ser conduzida por programas oficiais de caráter funcionalista, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, e o Ensino Supletivo, instituído pela Lei nº 5.692/1971. Ambos tinham como meta principal promover uma alfabetização rápida e instrumental, voltada à integração ao mercado de trabalho, sem estimular a reflexão crítica sobre a realidade social. No final do período, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar, em 1985, que manteve, em grande parte, a lógica centralizadora e tecnicista herdada do regime anterior. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 122):

A repressão política instaurada pelo regime militar não apenas interrompeu experiências inovadoras de educação popular, como também desarticulou movimentos sociais e educadores comprometidos com práticas emancipatórias. A EJA passou a ser concebida como mecanismo de adestramento para o trabalho, visando atender às necessidades do crescimento econômico e da industrialização, em detrimento da formação crítica dos sujeitos.

Além disso, a influência de Paulo Freire na construção de uma pedagogia voltada à emancipação dos sujeitos foi duramente censurada. Freire defendia que a educação deveria partir da realidade dos educandos, valorizando suas experiências e saberes, e não ser reduzida a um processo de memorização mecânica. Em suas

palavras: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2021, p. 25).

Com o autoritarismo vigente, a alfabetização de jovens e adultos deixou de ser compreendida como um direito social e passou a ser tratada como um instrumento voltado ao controle político e ao aumento da produtividade econômica. Os programas de alfabetização eram elaborados sem considerar o contexto sociocultural dos educandos, o que resultava em altos índices de evasão e pouca eficácia no enfrentamento do analfabetismo. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a educação foi efetivamente reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, princípio reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A partir dessas legislações, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser tratada como uma modalidade da educação básica, assegurando o acesso à escolarização àqueles que não tiveram oportunidade na idade adequada.

O processo de redemocratização, iniciado na década de 1980, representou um marco significativo para a educação brasileira, especialmente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com o fim do regime militar, abriu-se espaço para a retomada de debates sobre uma educação mais democrática, inclusiva e voltada para a formação cidadã. Nesse contexto, os movimentos sociais e educadores populares intensificaram suas reivindicações por políticas que garantissem o acesso e a permanência de jovens e adultos na escola, reconhecendo a educação como um direito fundamental.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um ponto de inflexão na trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em seu art. 205, a educação é definida como um “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Além disso, o art. 208, inciso I, assegura o “[...] atendimento ao educando no ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, contemplando diretamente os sujeitos atendidos pela EJA. Dessa forma, a Constituição de 1988 não apenas estabeleceu a educação como direito universal, como também garantiu mecanismos para inclusão de jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada (Brasil, 1988).

Nesse cenário, a EJA passa a ser inserida de forma mais clara e explícita como uma responsabilidade indelegável do Estado, o que representou um avanço considerável frente à histórica marginalização dessa modalidade de ensino. Como destacam Haddad e Di Pierro (2000, p. 118):

[...] A Constituição de 1988 consolidou um novo marco legal para a Educação de Jovens e Adultos, ao incluí-la entre as obrigações indelegáveis do Estado, abrindo espaço para a construção de políticas públicas mais efetivas e consistentes, que reconhecem os sujeitos jovens e adultos como cidadãos de direitos e não apenas como mão de obra a ser qualificada para o mercado.

Em linhas gerais, esse foi o percurso histórico da educação de jovens e adultos no Brasil até a década de 1980, percurso este que impôs inúmeros desafios a essa modalidade de ensino. Esses desafios, entretanto, serão aprofundados no próximo capítulo. Desde o período colonial, quando a educação era privilégio de uma minoria, até a Constituição de 1988, a EJA percorreu um caminho repleto de lutas sociais, reivindicações populares e disputas em torno do direito à educação. Ao longo de décadas, a EJA foi sendo construída como um espaço que vai além da escolarização tardia, assumindo papel fundamental na formação cidadã e na transformação social. Essa perspectiva é fortalecida pela concepção freireana de educação, que entende o ato de ensinar como um processo dialógico e emancipatório. Como destaca Freire (1996, p. 25): “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Com base nessa visão, a EJA deve ser compreendida como uma modalidade que respeita os saberes, as experiências e as trajetórias de vida dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada. Entretanto, a efetivação desse direito encontra obstáculos que vão além da legislação, estando profundamente relacionados às escolhas políticas e econômicas de cada período histórico.

1.2 O Neoliberalismo: aproximações históricas

O neoliberalismo surgiu como uma ideologia² política e econômica no pós-guerra, destacando a centralidade do mercado como princípio orientador das práticas sociais e econômicas. Ao propor que o bem-estar humano é melhor alcançado pela liberação das liberdades individuais e empresariais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio, o neoliberalismo introduziu uma lógica competitiva e produtivista que ultrapassou a esfera econômica e passou a influenciar também a educação (Harvey, 2005).

O neoliberalismo se consolidou nas décadas de 1970 e 1980, em resposta à crise do petróleo e à estagflação, que fragilizaram o modelo keynesiano (Anderson, 1995), em meio às crises econômicas, e consolidou-se nos anos 1990, com as reformas orientadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Gentili (1995) ressalta que tais reformas foram acompanhadas por um discurso que vinculava a educação ao crescimento econômico, reduzindo-a a um mecanismo de formação de mão de obra para atender às necessidades do capital. No Brasil, o neoliberalismo ganhou força nos anos 1990, especialmente nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, marcados por privatizações, cortes em políticas sociais e pela influência de organismos multilaterais (Harvey, 2008).

Nesse sentido, compreender o neoliberalismo em sua trajetória histórica é essencial para situar as bases sobre as quais se constituíram as políticas educacionais recentes no Brasil. Trata-se de um modelo que impôs novos parâmetros à educação de jovens e adultos, frequentemente subordinando-a à lógica do mercado. As origens do neoliberalismo remontam à década de 1940, com a fundação da Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça, por intelectuais como Friedrich Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006). O grupo defendia a limitação da intervenção estatal, a liberdade econômica e a centralidade do mercado como regulador social. Inicialmente, o neoliberalismo se apresentava como uma crítica ao modelo keynesiano

² De acordo com Marilena Chauí (2001), a ideologia é um conjunto de representações, valores e ideias que oculta as contradições sociais e legitima as relações de dominação, fazendo com que os indivíduos percebam a realidade social como natural e imutável.

e às políticas do Estado de Bem-Estar Social, predominantes no pós-Segunda Guerra Mundial.

No entanto, foi apenas a partir da década de 1970, em meio à crise do petróleo, à estagnação econômica e ao aumento da inflação, que essa ideologia encontrou terreno fértil para se consolidar. Anderson (1995, p. 10) observa que “[...] os governos de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, implementaram as mais sistemáticas e ambiciosas reformas neoliberais nos países de capitalismo avançado”, marcando o início de uma nova era política e econômica.

No plano econômico, trata-se de assegurar a estabilidade da moeda, a liberdade de iniciativa, a concorrência e a defesa da propriedade privada. No plano social, trata-se de substituir a solidariedade e os direitos sociais pela responsabilidade individual e pelo princípio da meritocracia. No plano político, trata-se de transferir parte das prerrogativas dos Estados nacionais aos mercados e a instituições privadas (Anderson, 1995, p. 11).

Conforme já apontado, esse movimento se espalhou rapidamente pelo mundo, especialmente por meio da atuação de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que, tiveram um papel importante na difusão do neoliberalismo em países periféricos, condicionando empréstimos à adoção de políticas de austeridade e privatizações, que repercutiram diretamente no financiamento da educação pública. Para Harvey (2008), o neoliberalismo consolidou-se como uma racionalidade política global, capaz de redefinir não apenas a economia, mas também as relações sociais e culturais. Assim, ao se difundir mundialmente, o neoliberalismo inaugurou um novo paradigma que ultrapassou fronteiras, estabelecendo as bases para a reconfiguração dos sistemas educacionais, sobretudo nos países periféricos.

Retomando, conforme Harvey (2008), a América Latina tornou-se um dos principais laboratórios para a implementação das políticas neoliberais a partir da década de 1970. O marco inicial foi a experiência chilena sob o regime de Augusto Pinochet (1915-2006), que contou com a influência dos chamados “Chicago Boys”, economistas formados sob a orientação de Milton Friedman. Esse período representou um ensaio prático das ideias neoliberais, em um contexto autoritário que facilitou a aplicação de medidas radicais, como privatizações em larga escala, flexibilização trabalhista e retração das políticas sociais.

Segundo Harvey (2005, p. 19), a estratégia neoliberal visava “[...] restaurar o poder de uma elite econômica, utilizando o discurso da liberdade de mercado e da eficiência como justificativas para a implementação de reformas estruturais”. Nesse sentido, o Chile tornou-se referência para organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que passaram a difundir o ideário neoliberal como condição para empréstimos e renegociações de dívida externa em países latino-americanos, conforme já se apontou.

Na década de 1980, outros países da região, como Argentina, México e Brasil, também adotaram medidas neoliberais, muitas vezes pressionados pela crise da dívida externa e pela necessidade de estabilização econômica. Como ressalta Gentili (1995), essas reformas substituíram a lógica da justiça social pela da eficiência econômica, reduzindo o papel do Estado e subordinando a educação e demais políticas sociais aos interesses do mercado.

Dessa forma, a experiência latino-americana evidencia como o neoliberalismo não se limitou a um projeto econômico, mas configurou-se como um modelo de reorganização social e política, cujo impacto foi particularmente severo nos países periféricos, ampliando desigualdades e fragilizando direitos historicamente conquistados.

1.3 O Neoliberalismo no Brasil e a Educação

A trajetória do neoliberalismo no Brasil está intimamente ligada ao contexto de reestruturação econômica e política vivido a partir das décadas de 1980 e 1990. Após o processo de redemocratização, o país passou por um movimento de abertura econômica e de reformas estruturais impulsionadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essas instituições, defensoras de uma lógica de mercado global, passaram a exercer forte influência sobre as políticas públicas, especialmente nas áreas sociais, impondo programas de ajuste fiscal e de contenção de gastos estatais. Conforme explica Harvey (2005) a seguir:

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor alcançado por meio da liberação das liberdades empresariais e das habilidades individuais dentro de uma estrutura institucional

caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio (Harvey, 2005, p. 5).

Essa lógica, ao ser aplicada ao contexto brasileiro, consolidou uma nova racionalidade social e política, voltada para a eficiência econômica em detrimento do compromisso com os direitos sociais.

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o Brasil passou a adotar com mais intensidade políticas de cunho neoliberal, marcadas pela abertura comercial, privatizações e redução do papel do Estado nas políticas sociais. Essa agenda se intensificou na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a implementação de reformas educacionais alinhadas ao ideário do Banco Mundial, que defendia a descentralização administrativa, a avaliação padronizada e o financiamento condicionado à eficiência e aos resultados. Segundo Freitas (2021, p. 17)

O neoliberalismo no Brasil se consolidou não apenas como política econômica, mas como uma nova forma de governar, que redefine a função do Estado e o papel do cidadão, transformando direitos sociais em responsabilidades individuais.

Essa mudança de paradigma contribuiu para uma crescente mercantilização da educação, na qual o ensino passou a ser visto como investimento pessoal e não mais como um direito garantido pelo Estado. Nesse contexto, as políticas educacionais brasileiras começaram a alinhar-se com os princípios de competitividade, meritocracia e racionalidade econômica, priorizando indicadores e resultados quantitativos em detrimento da formação crítica e cidadã.

Dessa forma, o neoliberalismo provoca um impacto significativo na esfera educacional brasileira provocando uma reconfiguração profunda nas políticas públicas. A educação, que antes se estruturava como um direito social e instrumento de democratização, passou a ser tratada como mercadoria, submetida à lógica da produtividade e da eficiência. As políticas de financiamento, gestão e avaliação passaram a seguir padrões empresariais, com foco em resultados e metas quantitativas, desconsiderando as desigualdades estruturais que marcam o sistema educacional brasileiro.

Segundo Libâneo (2004, p. 57) “[...] as políticas educacionais neoliberais orientam-se pela lógica do mercado, subordinando a escola às exigências da

economia e transformando o processo educativo em instrumento de adaptação social, e não de transformação”. Essa visão utilitarista e tecnicista reduz a função da escola à preparação da mão de obra para o mercado de trabalho, esvaziando seu papel formativo e crítico.

Na esteira desse pensamento, Gentili (1995, p. 15) complementa ao afirmar que “[...] o neoliberalismo esvaziou o conteúdo social das políticas públicas, substituindo o princípio da justiça social pelo da eficiência econômica”. A educação deixou de ser pensada como um direito coletivo para se tornar um investimento individual. Essa mudança de perspectiva reforça um modelo de exclusão, no qual os sujeitos são responsabilizados individualmente por seus sucessos ou fracassos escolares, ignorando as condições socioeconômicas que moldam o acesso e a permanência na escola.

No caso da Educação de Jovens e Adultos, os impactos dessa lógica neoliberal tornaram-se ainda mais evidentes, conforme já apontado. A EJA, historicamente dependente da ação estatal para garantir o direito à educação, passou a sofrer com a descontinuidade das políticas públicas mediante, a redução dos investimentos e a priorização de programas de baixo custo e curta duração. Tais programas, em vez de promoverem uma formação integral e libertadora segundo a perspectiva paulofreireana, passaram a atender apenas às demandas imediatas do mercado, contribuindo para a precarização do ensino, em geral, bem como da EJA, em particular.

Conforme observa Freitas (2021, p. 22) “[...] a racionalidade neoliberal, ao invadir a educação, redefine seus objetivos e sentidos: educar deixa de ser um processo de humanização para tornar-se um mecanismo de gestão da força de trabalho”. Essa análise evidencia como as reformas educacionais, especialmente a partir dos anos 1990, foram guiadas por um discurso de modernização e de eficiência, ampliando dessa maneira, as desigualdades e restringindo o acesso ao direito à educação de qualidade, principalmente para os sujeitos da EJA.

De acordo com Vieira (2019, p. 87) “[...] as políticas públicas para a EJA tornaram-se descontínuas e fragmentadas, sendo implementadas de forma pontual e sem continuidade administrativa, o que compromete a permanência e o sucesso dos estudantes”. A ausência de um planejamento de longo prazo evidencia a vulnerabilidade dessa modalidade de ensino diante das transformações políticas e econômicas do país.

Além disso, a lógica neoliberal transformou profundamente o sentido da escola e dos professores. As reformas educacionais implantadas nas últimas décadas introduziram mecanismos de avaliação padronizada e meritocrática, como o IDEB e o SAEB, que passaram a medir a qualidade da educação com base em indicadores de desempenho, desconsiderando as desigualdades regionais e sociais. Para Libâneo (2004, p. 63), “[...] essas políticas criam uma falsa noção de eficiência, pois tratam a educação como produto, e não como processo social”.

A consequência direta desse modelo é a precarização da EJA enquanto política pública. Os programas são substituídos por ações de caráter emergencial e temporário, geralmente associadas a metas de produtividade e custo-benefício. Essa dinâmica ignora a complexidade dos sujeitos atendidos por essa modalidade, que demandam políticas de valorização, continuidade e inclusão. Conforme Freitas (2021, p. 28) “[...] as políticas educacionais orientadas pelo neoliberalismo buscam ajustar a escola ao mercado, não transformar a sociedade”.

A lógica da competitividade e da meritocracia, características centrais do modelo neoliberal, contrastam diretamente com os princípios da pedagogia libertadora defendida por Paulo Freire. Freire (2021, p. 25) enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Essa concepção dialoga com uma educação crítica e transformadora, que reconhece o aluno como sujeito ativo do processo educativo, capaz de intervir na realidade e transformá-la. No entanto, a ideologia neoliberal reduz o ensino a uma prática instrumental e técnica, que prioriza resultados quantificáveis e ignora o contexto social e cultural dos educandos.

Como aponta Freitas (2021, p. 84), “[...] o avanço do neoliberalismo na educação resultou em uma política de responsabilização dos indivíduos e desresponsabilização do Estado, legitimando desigualdades e mascarando os efeitos da exclusão”. O discurso da qualidade total e da eficiência econômica desloca o foco da coletividade para o desempenho individual, enfraquecendo o sentido público e social da educação. Gentili (1995) complementa essa análise ao afirmar que o neoliberalismo promoveu a substituição do direito à educação pela lógica de mercado, convertendo o ensino em um serviço, o aluno em cliente e o professor em executor de metas. Essa transformação impacta diretamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que, em vez de ser um espaço de emancipação, passa a ser tratada como um

instrumento de inserção produtiva, limitada à qualificação técnica e ao atendimento das demandas do mercado.

Para Libâneo (2004), o desafio contemporâneo está em resgatar a função social e democrática da educação. Isso implica fortalecer políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e a valorização dos educadores e educandos da EJA, reconhecendo o saber popular e a diversidade dos sujeitos que a compõem. Dessa forma, a pedagogia freireana se apresenta como uma resistência à lógica neoliberal, ao propor uma educação voltada para a liberdade, a criticidade e a transformação social. Enquanto o neoliberalismo busca adaptar o indivíduo ao sistema, Paulo Freire propõe libertá-lo dele. Essa contraposição revela que, apesar dos impactos do neoliberalismo sobre a educação, ainda há caminhos possíveis para a construção de uma EJA verdadeiramente emancipatória e comprometida com a justiça social.

CAPÍTULO 2

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE

Este capítulo dedica-se a apresentar a vida e a obra de Paulo Freire, destacando suas principais contribuições para a educação e sua influência na formulação de uma pedagogia crítica e libertadora. O intuito é aprender como o pensamento freireano se consolidou como uma alternativa teórica e prática frente às concepções tecnicistas e neoliberais que permeiam a educação contemporânea. Assim, são abordados aspectos de sua trajetória pessoal e intelectual, suas obras mais relevantes e os fundamentos que sustentam sua proposta educativa voltada à libertação dos sujeitos.

2.1 Paulo Freire: vida e obra

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife, Pernambuco, e tornou-se um dos maiores educadores e pensadores brasileiros do século XX. Sua trajetória foi marcada por um profundo compromisso com as classes populares e pela crença inabalável na capacidade do ser humano de transformar a realidade por meio da educação. Filho de uma família de classe média, Freire viveu de perto os efeitos da crise econômica de 1929, o que despertou sua sensibilidade em relação às desigualdades sociais e à pobreza. Essas experiências influenciaram decisivamente sua visão de mundo e sua opção por uma educação voltada à libertação dos oprimidos (Gadotti, 1996).

De acordo com Gadotti (1996), Paulo Freire formou-se em Direito pela Universidade do Recife, mas não exerceu a profissão. Desde cedo, interessou-se pela educação e iniciou sua atuação no Serviço Social da Indústria (SESI), onde teve contato direto com o cotidiano e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. Essa vivência foi fundamental para o desenvolvimento de seu pensamento pedagógico, pois o colocou o seu método de alfabetização de adultos em diálogo com a realidade concreta das classes populares e com as contradições sociais do país.

Conforme já apontado, os anos 1950 e início da década de 1960, Freire desenvolveu seu método de alfabetização de adultos, baseado no diálogo e na valorização da experiência de vida dos educandos. O método consistia em partir das palavras e situações do cotidiano dos alunos, articulando a aprendizagem da leitura e

da escrita com a reflexão crítica sobre a realidade social. Essa proposta inovadora rompeu com os métodos tradicionais de alfabetização e teve grande repercussão nacional (Gadotti, 1996).

Na concepção de Gadotti (1996), em 1963, Freire coordenou uma das experiências mais emblemáticas de seu método, no município de Angicos, no Rio Grande do Norte, onde cerca de trezentos trabalhadores foram alfabetizados em apenas 45 dias. O sucesso da experiência fez com que o governo João Goulart (1919-1976) o convidasse para coordenar o Plano Nacional de Alfabetização, pois pretendia expandir o seu método para todo o país. No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu o projeto e Freire foi preso sob a acusação de subversão.

Após 70 dias de prisão, foi exilado no Chile, onde permaneceu por cerca de cinco anos, trabalhando junto ao governo chileno e à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Durante esse período, aprofundou suas reflexões sobre a relação entre educação e libertação, e escreveu sua obra mais conhecida, *Pedagogia do Oprimido*, publicada pela primeira vez em 1968 e lançada no Brasil apenas em 1974. “[...] Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 1987, p. 67).

Após o exílio, Freire atuou como consultor em diversos países da África e da América Latina, participando de programas de alfabetização e educação popular voltados à libertação das classes trabalhadoras. Conforme destaca Scocuglia (2001), sua experiência internacional contribuiu para o aprimoramento de sua perspectiva crítico-libertadora. Com a anistia política, conforme a Lei nº 6.683, de 1979 (Brasil, 1979), retornou ao Brasil em 1980, retomando suas atividades acadêmicas e políticas. Foi professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), além de ter assumido, em 1989, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, onde implementou políticas voltadas à democratização do ensino e à formação crítica dos professores.

Entre suas principais obras, destacam-se *Educação como prática da liberdade* (1967), *Extensão ou comunicação?* (1971), *Pedagogia do Oprimido* (1970), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Pedagogia da Autonomia* (1996) e *“Cartas a quem ousa ensinar”* (1994). Em todas elas, Freire reafirma a centralidade da educação como prática de liberdade e a necessidade de uma pedagogia que valorize o diálogo, a

críticidade e a consciência social, conforme enfatiza Freire (1996, 2021) em suas reflexões sobre a autonomia e o papel ético do educador.

Durante o período de exílio, Paulo Freire consolidou sua projeção internacional, tornando-se referência nos debates sobre alfabetização, educação popular e libertação dos povos oprimidos. De acordo com Scocuglia (2001), no Chile Freire trabalhou junto ao Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA) e desenvolveu ações voltadas à formação de trabalhadores rurais, o que reforçou sua convicção de que a educação deveria estar intrinsecamente ligada à realidade concreta dos educandos. Essa fase foi decisiva para a elaboração dos conceitos que mais tarde seriam aprofundados em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970).

De acordo com Scocuglia (2001), ao longo do exílio, Freire também atuou como consultor do Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra, e participou de programas educacionais em países da África, como Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde e Moçambique, colaborando na construção de sistemas nacionais de educação após a independência desses países. Nesses contextos, seu pensamento ganhou ainda mais densidade, pois ele pôde observar de perto os desafios das nações recém-libertas do colonialismo e refletir sobre a importância da educação como instrumento de reconstrução social e cultural. Freire via a alfabetização como um processo político e cultural de libertação, e não apenas como o domínio da leitura e da escrita. Ele compreendia que o ato de ler o mundo precede o ato de ler a palavra, ou seja, que a compreensão crítica da realidade deve anteceder a aprendizagem formal (Freire, 1996).

Sua pedagogia, portanto, nasceu da necessidade de articular o ensino à vida concreta dos sujeitos, transformando o espaço educativo em um lugar de diálogo e consciência social. Conforme destaca Torres (2014), essa perspectiva inovadora fez de Freire um dos principais nomes da pedagogia crítica mundial, influenciando autores como Henry Giroux, Peter McLaren e Donaldo Macedo, que posteriormente difundiram e ampliaram seus conceitos na Pedagogia Crítica Norte-Americana.

Nos anos 1970, Freire consolidou a noção de que o educador deve ser um mediador do conhecimento e não um transmissor de verdades prontas. Sua prática pedagógica passou a ser reconhecida como uma pedagogia da libertação, orientada pela busca da autonomia, da criticidade e da transformação das estruturas opressoras. Para o autor, “ensinar exige o reconhecimento de que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 77). Durante o período de maior

difusão internacional de suas ideias, Paulo Freire foi convidado para lecionar em universidades de prestígio, como Harvard, recebendo diversos títulos honoríficos, sendo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como um dos mais importantes pensadores da educação contemporânea. Sua influência ultrapassou o campo educacional, alcançando áreas como a filosofia, a sociologia e a ciência política, pela profundidade com que relacionou educação, cultura e libertação.

O exílio, portanto, longe de interromper sua atuação, ampliou o alcance de sua obra. Foi nesse período que Freire escreveu textos fundamentais para a compreensão de sua pedagogia, entre eles *Educação como prática da liberdade* (1967), *Extensão ou comunicação?* (1971) e *Ação cultural para a liberdade* (1975). Nessas obras, o autor aprofunda o conceito de conscientização, defendendo que o processo educativo deve ser um caminho para a emancipação e para o engajamento político do sujeito na transformação da realidade. Segundo Gadotti (1996, p. 19):

O exílio de Paulo Freire não representou um afastamento de sua terra, mas uma ampliação de sua experiência e de sua visão de mundo. Ele se tornou um educador planetário, capaz de traduzir o sofrimento dos oprimidos em esperança e ação libertadora.

Assim, o período vivido fora do Brasil foi decisivo para a consolidação da obra e do pensamento de Paulo Freire, que, ao retornar ao país, traria consigo uma perspectiva ainda mais ampla sobre o papel da educação na luta contra a opressão e pela dignidade humana.

Após quase dezesseis anos de exílio, Paulo Freire retornou ao Brasil em 1980, em meio ao processo de redemocratização do país. Segundo Gadotti (1996), sua volta representou não apenas o reencontro com a pátria, mas também a retomada de um projeto educativo comprometido com a justiça social e com a formação crítica dos cidadãos. Nesse período, Freire passou a atuar novamente como educador e intelectual público, contribuindo de forma decisiva para o debate sobre o papel da educação na reconstrução democrática do Brasil.

Nesse período, ele se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e assumiu um papel político ativo, defendendo que a educação popular deveria estar no centro das políticas públicas. Entre 1989 e 1991, exerceu o cargo de Secretário de Educação do Município de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina. De acordo com Freire (1996),

suas ações buscavam valorizar o diálogo entre escola e comunidade, fortalecer a formação continuada dos professores e combater o fracasso escolar. Para ele, a gestão democrática e a participação coletiva eram pilares indispensáveis para transformar a escola pública em espaço de liberdade e consciência cidadã.

Durante sua atuação na Secretaria, Paulo Freire procurou colocar em prática os princípios que sempre defendeu teoricamente: uma educação que nasce do diálogo, da escuta e da construção coletiva do conhecimento. Como ele próprio afirmou, “[...] Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (Freire, 1987, p. 36). Essa visão traduzia sua compreensão da educação como processo histórico e contínuo, no qual o homem se transforma ao transformar o mundo. A experiência na administração pública, embora marcada por desafios e resistências, reafirmou sua convicção de que a escola é um espaço político e que o ato de ensinar é, inevitavelmente, um ato de esperança e de compromisso ético.

Para Gadotti (1996) durante a década de 1990, Paulo Freire passou a ser amplamente reconhecido nacional e internacionalmente. Recebeu 27 títulos de Doutor Honoris Causa de universidades estrangeiras e diversas homenagens por sua contribuição à educação e aos direitos humanos. Seu trabalho inspirou políticas educacionais em vários países da América Latina, da África e da Europa, consolidando sua figura como patrono da educação crítica e libertadora. Apesar das limitações de saúde nos últimos anos de vida, Freire continuou participando ativamente de debates e conferências, mantendo sua postura de intelectual engajado e fiel aos princípios da educação como prática de liberdade. Faleceu em 2 de maio de 1997, em São Paulo, deixando um legado que ultrapassa fronteiras e permanece vivo nas salas de aula, nas comunidades e nos movimentos sociais. Gadotti (1996, p. 18) resume o impacto de sua trajetória ao afirmar o seguinte:

Paulo Freire não foi apenas um educador, mas um exemplo de coerência entre o pensar e o agir, um homem que viveu aquilo que ensinou: a esperança ativa e a fé na capacidade humana de transformar o mundo.

O legado de Paulo Freire transcende seu tempo histórico e continua sendo uma das mais potentes referências para se pensar a educação em contextos de desigualdade social. Como analisa Gadotti (1996), sua trajetória pessoal e intelectual foi marcada por um compromisso inabalável com a libertação humana, com a justiça

social e com a transformação da realidade por meio do conhecimento. Freire fez da educação um ato de amor e de coragem, defendendo que o ensino deve estar voltado para a libertação dos sujeitos e não para sua domesticação.

Sua obra representa uma profunda ruptura com os modelos tradicionais de ensino que reduzem o educando à condição de receptor passivo de informações. Ao contrário, Freire enxergava cada aluno como sujeito histórico, portador de saberes e experiências, capaz de ler o mundo e transformá-lo. Por isso, a educação, para ele, deveria nascer da realidade concreta dos educandos, articulando a prática pedagógica com os desafios sociais, culturais e políticos de seu tempo. Como afirma Freire (1996, p. 31), “[...] Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. [...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Essa concepção crítica e humanizadora da educação o insere entre os maiores pensadores do século XX, sendo reconhecido internacionalmente como um dos teóricos mais citados no campo das ciências humanas. Seu pensamento dialoga com o marxismo, o existencialismo e o cristianismo progressista, mas sempre se manteve enraizado na realidade do povo brasileiro. Freire acreditava que a transformação da sociedade começa na consciência crítica das pessoas e que a alfabetização é o primeiro passo para o exercício pleno da cidadania.

Sua influência ultrapassa o campo da pedagogia. Inspirou movimentos populares, projetos sociais e políticas públicas voltadas à inclusão e à democratização do ensino. No cenário internacional, suas ideias foram adotadas em países da América Latina, da África e da Ásia, sobretudo em contextos de reconstrução pós-colonial, onde sua pedagogia do diálogo e da esperança contribuiu para a formação de cidadãos críticos e participativos. O reconhecimento de seu legado culminou, em 2012, com a promulgação da Lei nº 12.612, que o declarou oficialmente Patrono da Educação Brasileira, um título que simboliza o impacto profundo de sua obra e de sua prática na formação docente e nas políticas educacionais do país. Entretanto, mais do que homenagens formais, o pensamento freireano exige ser vivido cotidianamente na escola e nas relações humanas. Freire convida-nos a construir uma educação pautada na ética, na solidariedade e na esperança valores fundamentais em tempos de crise social e política.

Como observa Gadotti (1996, p. 64), “[...] a pedagogia de Paulo Freire é, antes de tudo, uma pedagogia do compromisso e da esperança. Não há neutralidade na

prática educativa, porque todo ato de ensinar é também um ato de escolher, de se posicionar diante do mundo”. Essa afirmação sintetiza o cerne de seu pensamento: a educação é sempre uma prática política e educar é um ato de resistência diante das injustiças que desumanizam o ser humano. Portanto, compreender a vida e a obra de Paulo Freire é compreender um projeto ético e político de sociedade, no qual a educação se torna instrumento de libertação e construção da dignidade. Sua biografia se confunde com a própria história da luta por uma educação democrática e transformadora no Brasil e no mundo.

Freire faleceu em 2 de maio de 1997, em São Paulo, deixando um legado de alcance mundial. Seu pensamento atravessou fronteiras e continua a inspirar educadores, pesquisadores e movimentos sociais em todo o mundo. Como destaca Gadotti (1996, p. 12), “[...] Paulo Freire não foi apenas um teórico da educação, mas um educador que fez da esperança um princípio político e da pedagogia um ato de amor e de rebeldia contra a injustiça”. A vida e a obra de Paulo Freire constituem, portanto, um marco na história da educação mundial. Seu compromisso ético e político com os oprimidos, aliado à sua crença no poder transformador da educação, faz dele uma das maiores referências do pensamento pedagógico contemporâneo.

2.2 Método Paulo Freire

O método de alfabetização de Paulo Freire representa uma das maiores mudanças pedagógicas do século XX, especialmente por romper com as práticas tradicionais e mecânicas de ensino da leitura e da escrita. Desenvolvido na década de 1960, esse método surgiu a partir da observação das condições concretas de vida dos trabalhadores e de sua necessidade de compreender o mundo para transformá-lo. Assim, mais do que um simples processo de aquisição de códigos linguísticos, o método freireano propõe uma alfabetização política e libertadora, em que o aprender a ler e escrever está diretamente ligado ao ato de “ler o mundo”.

Segundo Freire (1996, p. 32), “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Essa afirmação sintetiza o princípio central de sua proposta: antes de aprender o código escrito, o sujeito precisa compreender criticamente a realidade em que está inserido. A alfabetização, portanto, não é um fim em si mesma, mas um meio de promover a conscientização e a emancipação dos oprimidos.

Conforme já apontado anteriormente, o método freireano teve início em Angicos (Rio Grande do Norte), em 1963, quando um grupo de 300 trabalhadores rurais foi alfabetizado em apenas 45 dias (Freire, 1983). Essa experiência, amplamente reconhecida, mostrou que o ensino poderia ser construído de forma dialógica, partindo da realidade do aluno e valorizando seus saberes prévios. O sucesso do projeto fez com que o método fosse expandido nacionalmente por meio do Programa Nacional de Alfabetização, criado em 1964, mas interrompido pelo golpe militar. Ainda assim, essa experiência marcou profundamente a história da educação popular no Brasil.

Na visão de Gadotti (1996), a proposta de Freire se fundamenta na escolha de palavras geradoras, extraídas do cotidiano dos educandos, que servem como ponto de partida para a reflexão crítica e o aprendizado da leitura e da escrita. Ao discutir o significado dessas palavras como trabalho, terra, povo e liberdade, os participantes não apenas aprendem o código linguístico, mas também passam a analisar as contradições de sua própria realidade social. Essa metodologia rompe com a concepção bancária de educação, em que o aluno é visto como recipiente vazio a ser preenchido, e o professor, como o único detentor do saber. Como explica Gadotti (1996, p. 58) a seguir:

O método de Paulo Freire não é um conjunto de técnicas prontas para ensinar a ler e a escrever, mas uma atitude diante do mundo e do ato educativo. Ele parte da realidade do educando e a transforma em conteúdo pedagógico, em ponto de partida para a libertação.

Dessa forma, o processo de alfabetização se torna um ato político e existencial, por meio do qual o sujeito se reconhece como sujeito de sua história e agente de mudança. O método freireano é composto por três etapas fundamentais: a investigação temática, a codificação e decodificação e a problematização. Cada uma delas tem como objetivo estimular o pensamento crítico e o diálogo entre educador e educando. Na primeira etapa, o educador busca identificar, junto aos participantes, as palavras e temas que representam sua realidade. Na segunda, essas palavras são transformadas em códigos visuais ou linguísticos, que facilitam a reflexão e a leitura. Por fim, na problematização, o grupo discute coletivamente o significado dos temas, relacionando-os às estruturas de opressão e desigualdade presentes em seu contexto. Assim, o método Paulo Freire vai muito além da alfabetização instrumental.

Ele é uma proposta de educação para a liberdade, que reconhece a dimensão política do ensino e o poder transformador da consciência crítica.

O método Paulo Freire é um processo pedagógico que articula a alfabetização com a formação da consciência crítica. Ele se organiza em etapas que não seguem uma sequência rígida, mas que se entrelaçam de modo dialógico e reflexivo. Essas etapas investigação temática, codificação e decodificação e problematização que representam o percurso pelo qual o educando passa da compreensão ingênua à consciência crítica da realidade (Gadotti, 1996).

A primeira etapa, investigação temática, consiste na escuta ativa e na aproximação entre educador e educandos, com o objetivo de identificar as palavras e temas significativos que expressam a realidade vivida por aquele grupo. Segundo Freire (1996, p. 64) “[...] ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim, o ponto de partida do processo educativo é o próprio cotidiano do aluno, com suas experiências, desafios e valores. O educador atua como mediador, valorizando a cultura popular e os saberes prévios, sem impor conteúdos prontos ou distantes da vida real.

A segunda etapa, denominada codificação e decodificação, envolve a transformação das palavras geradoras em códigos visuais ou situações representativas, de modo a estimular a reflexão crítica. Por exemplo, uma imagem de um trabalhador no campo pode servir como ponto de partida para discutir o significado do trabalho, da terra ou da desigualdade social. Ao decodificar esses elementos, os educandos relacionam a linguagem escrita ao seu contexto sociocultural, compreendendo a leitura e a escrita como instrumentos de libertação. Como explica Brandão (2005, p. 91), “[...] na pedagogia freireana, ler não é apenas decifrar letras, mas compreender o mundo, o trabalho, a vida e as relações humanas que nos constituem”.

Por fim, a etapa da problematização propõe um diálogo coletivo sobre as contradições e desafios presentes na realidade dos educandos. Essa fase é essencial, pois é nela que ocorre o processo de conscientização — momento em que o indivíduo toma consciência de sua condição histórica e de seu poder de intervir no mundo. A aprendizagem, nesse sentido, deixa de ser apenas técnica para se tornar ética e política. Freire (2021, p. 102) ressalta que “[...] a leitura crítica do mundo é o primeiro passo para a sua transformação”.

Essas três etapas não são isoladas, mas formam um ciclo contínuo de ação-reflexão-ação, no qual o conhecimento é constantemente reconstruído. O método freireano, portanto, rompe com a linearidade tradicional da educação, propondo uma prática educativa viva, dialogada e comprometida com a emancipação humana. Gadotti (1996, p. 59) complementa que “educar, para Paulo Freire, é um ato de recriação do mundo, e não de adaptação a ele”.

O método Paulo Freire não se restringe a uma técnica de alfabetização, mas constitui uma concepção filosófica e política de educação. Seu principal objetivo é formar sujeitos críticos e conscientes de sua realidade, capazes de transformar o mundo em que vivem. Diferentemente das metodologias tradicionais, que valorizam a repetição e a memorização, o método freireano prioriza a compreensão do sentido social da palavra e da linguagem, entendendo a alfabetização como ato de conhecimento e de libertação Freire (1996).

Entre os princípios centrais do método, destaca-se o uso dos temas geradores, que são palavras ou expressões retiradas da vida cotidiana dos educandos e que sintetizam experiências, problemas e desejos comuns ao grupo. Esses temas, ao serem trabalhados em sala de aula, despertam a curiosidade, a reflexão e a criticidade, possibilitando que o processo educativo parta da realidade concreta. Segundo Freire (1996, p. 37), “[...] os temas geradores emergem da prática de vida dos educandos e, ao mesmo tempo, a ela retornam, transformando-a”. Assim, o conteúdo da educação não é imposto de fora, mas construído a partir das vivências dos sujeitos, o que confere sentido e relevância ao aprendizado.

Outro princípio fundamental é o diálogo, compreendido como um encontro entre sujeitos que buscam, juntos, o conhecimento. O diálogo é a essência da educação libertadora, pois rompe com o autoritarismo e estabelece uma relação horizontal entre educador e educando. Para Freire (2021, p. 90) “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam”. Nessa perspectiva, o ato de ensinar não é unilateral, mas recíproco: o professor aprende ao ensinar, e o aluno ensina ao aprender. Isso significa que o processo educativo deve partir da compreensão da realidade social e cultural do aluno, para que a leitura e a escrita tenham sentido em sua vida cotidiana.

O método freireano também se baseia no princípio da práxis, isto é, na unidade entre reflexão e ação. O aprendizado não deve se limitar ao discurso, mas precisa

gerar práticas concretas de transformação. Assim, o educando é convidado a refletir criticamente sobre sua realidade e a agir sobre ela. Gadotti (1996, p. 63) enfatiza que a pedagogia freireana é uma pedagogia da práxis, porque une a teoria à prática, o pensar ao fazer, a palavra à ação. Portanto, o método Paulo Freire vai além de um modelo pedagógico: ele representa um projeto ético e político de emancipação humana. Sua metodologia, fundamentada no diálogo, nos temas geradores e na práxis, oferece à educação uma dimensão libertadora, em oposição às práticas bancárias e autoritárias que historicamente marcaram a escola brasileira.

A aplicação do método Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um marco na história da educação brasileira, especialmente por valorizar os saberes populares e o protagonismo dos educandos (Freire, 1996). Ao propor uma alfabetização que parte da realidade e da linguagem do povo, Freire rompe com o modelo escolar excludente e elitista, construindo uma educação comprometida com a emancipação e a justiça social. Sua proposta não busca apenas ensinar a ler e escrever, mas despertar a consciência crítica, permitindo que o educando compreenda sua condição social e atue para transformá-la (Freire, 1996).

A metodologia freireana, ao ser aplicada na EJA, propõe uma inversão da lógica tradicional de ensino: o ponto de partida do processo educativo é a vida do aluno, e não um conteúdo previamente definido. Essa abordagem torna o aprendizado mais significativo, pois o estudante se reconhece nas palavras e nas discussões que emergem do diálogo com o educador. Como afirma Freitas (2012, p. 82): “A EJA inspirada em Paulo Freire não pretende apenas alfabetizar, mas conscientizar, politizar e emancipar, devolvendo ao educando o papel de sujeito de sua própria história”.

A experiência de Freire em Angicos, em 1963, é um exemplo emblemático dessa proposta. Em apenas 45 dias, centenas de trabalhadores rurais foram alfabetizados, não por meio da repetição mecânica de palavras, mas através da reflexão sobre temas geradores ligados à sua realidade como trabalho, terra e liberdade. Essa experiência evidenciou que a alfabetização poderia ser um processo de libertação coletiva, e não um instrumento de dominação. O êxito do método despertou o interesse do governo federal, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), inspirado nas ideias freireanas. No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu esse processo e perseguiu o próprio educador, exilando-o por quase duas décadas.

Mesmo diante da repressão, o pensamento freireano se expandiu internacionalmente, sendo aplicado em diversos países da América Latina, África e Europa, especialmente em programas de alfabetização popular e de formação de adultos. Seu método inspirou projetos da UNESCO e consolidou-se como referência mundial em pedagogia crítica. Gadotti (1996, p. 59) destaca que “a pedagogia de Freire tornou-se um patrimônio da humanidade porque ensina que a educação deve ser um ato de liberdade, e não de dominação”.

No contexto brasileiro, as contribuições do método Paulo Freire permanecem atuais, sobretudo diante dos desafios enfrentados pela EJA. A marginalização histórica dessa modalidade exige práticas pedagógicas que reconheçam as desigualdades e promovam a inclusão social. O pensamento freireano oferece, portanto, um caminho para reconstruir o sentido da educação de adultos como um direito e não como um favor.

A prática educativa baseada no diálogo, na problematização e na leitura crítica do mundo continua sendo um instrumento de resistência frente às políticas neoliberais que tendem a reduzir a educação a um produto de mercado. Assim, o método de Paulo Freire reafirma o papel transformador da educação, tornando-se uma ferramenta de luta contra a exclusão e a alienação. Em síntese, seu legado permanece vivo na EJA como um convite à esperança, à autonomia e à humanização. Dando continuidade à análise do pensamento de Paulo Freire, esta seção busca compreender como seus princípios pedagógicos se materializam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de que forma se contrapõem à lógica neoliberal que permeia as políticas educacionais contemporâneas. A partir dessa perspectiva, a EJA assume um papel de resistência e emancipação, reafirmando a educação como prática de liberdade.

2.3 A Educação de Jovens e Adultos na visão Paulofreireana

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil sempre esteve associada a um contexto de lutas sociais e disputas de sentido em torno do papel da educação. No cenário contemporâneo, essa modalidade assume especial relevância, uma vez que dialoga com os ideais de inclusão, emancipação e justiça social. Ao abordar a EJA sob a ótica da pedagogia freireana, torna-se possível compreender a educação como prática política e libertadora, em oposição à lógica neoliberal, que tende a

transformar o processo educativo em mercadoria e o sujeito em mero capital humano (Freire, 1996).

Paulo Freire, um dos principais expoentes da educação crítica, concebe a prática educativa como um ato político e ético. Para o autor, ensinar é um ato que envolve compromisso com a transformação da realidade e com a superação das estruturas que produzem a opressão. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (Freire, 1996, p. 25). Essa perspectiva rompe com o modelo tradicional e bancário de ensino, pois reconhece o educando como sujeito ativo, capaz de construir saberes a partir de sua experiência e de seu contexto social.

Nesse sentido, a EJA, sob a luz do pensamento freireano, deve ser entendida como um espaço de libertação e de conscientização, e não apenas como uma modalidade compensatória. Freire (2021) ressalta que a educação de adultos precisa partir da realidade concreta dos educandos, valorizando suas histórias de vida e promovendo o desenvolvimento da autonomia. Reiteramos que, ao propor uma educação dialógica, o autor defende que o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer a partir do diálogo entre educador e educando, em um movimento de escuta, partilha e construção coletiva do conhecimento. “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. O diálogo, como encontro dos homens para a transformação do mundo, é uma exigência existencial” (Freire, 2021, p. 89).

Essa visão de educação como prática libertadora contrapõe-se diretamente à racionalidade neoliberal, que, ao longo das últimas décadas, tem influenciado fortemente as políticas educacionais no Brasil. O neoliberalismo, ao valorizar a competitividade, a meritocracia e a eficiência técnica, relega a segundo plano os princípios de igualdade e emancipação que sustentam a proposta freireana. Assim, a educação deixa de ser um direito social e passa a ser compreendida como investimento individual, um meio de adaptação às exigências do mercado. Desse modo, a compreensão da EJA, à luz do pensamento freireano, é fundamental para se contrapor às tendências excludentes do neoliberalismo. Trata-se de reafirmar o papel da educação como prática transformadora, voltada à formação crítica e à emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados.

A pedagogia freireana é estruturada a partir de três pilares fundamentais: o diálogo, a conscientização e a libertação. Esses princípios orientam uma prática educativa comprometida com a transformação social e com a superação das

desigualdades. Paulo Freire entende que a educação deve possibilitar ao indivíduo compreender criticamente a realidade para que possa agir sobre ela, modificando as condições que produzem a exclusão e a opressão.

Segundo Freire (2021), o diálogo é o eixo central do processo educativo. Ele não se reduz a uma simples troca de palavras, mas constitui-se como um ato de amor, humildade e fé nos homens. “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam” (Freire, 2021, p. 90). Essa concepção de diálogo rompe com o autoritarismo presente na educação tradicional, em que o professor é visto como o detentor exclusivo do saber.

Na Educação de Jovens e Adultos, o diálogo assume um sentido ainda mais significativo, pois permite que os educandos sejam reconhecidos como sujeitos do saber, portadores de experiências e conhecimentos construídos na vivência cotidiana. A pedagogia freireana propõe que o educador parta da realidade concreta do aluno para construir o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo que todo ato educativo é também um ato político. Outro princípio essencial é o da conscientização, que Freire (1996) define como a capacidade crítica de o sujeito perceber-se no mundo e compreender as contradições que o cercam. Essa consciência crítica é o primeiro passo para a transformação da realidade. “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens, mas um processo em que os homens se engajam em sua busca” (Freire, 1996, p. 69). Assim, educar é libertar, e não domesticar.

Por fim, a libertação é o horizonte ético e político da educação freireana. Para Freire (1996), o ato educativo não deve se limitar à adaptação dos indivíduos às condições existentes, mas sim, promover o desenvolvimento de sujeitos conscientes, críticos e transformadores. Essa concepção está em total oposição ao modelo neoliberal, que reduz a educação a um processo de treinamento técnico voltado à produtividade. Nesse contexto, a pedagogia de Freire (1996) oferece um contraponto necessário à lógica de mercado imposta pelo neoliberalismo, ao reafirmar que o conhecimento deve servir à emancipação humana e não à manutenção das desigualdades. A EJA, inspirada nesses princípios, torna-se um espaço privilegiado de resistência e de reconstrução da cidadania, especialmente para os sujeitos que historicamente tiveram seus direitos negados.

A pedagogia de Paulo Freire e o ideário neoliberal representam projetos profundamente antagônicos de sociedade e de educação. Enquanto o pensamento freireano parte da premissa de que a educação é um ato político voltado à emancipação dos sujeitos e à transformação social, o neoliberalismo reduz a educação a um investimento individual, subordinado às leis do mercado e à lógica da produtividade.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se limita a uma doutrina econômica, mas constitui uma nova razão do mundo, que molda comportamentos, subjetividades e instituições, transformando o indivíduo em um empreendedor de si mesmo. Essa racionalidade penetra também na educação, convertendo o estudante em cliente e o professor em um prestador de serviços. O neoliberalismo é, ao mesmo tempo, uma ideologia, uma política e uma forma de governo dos homens (Dardot; Laval, 2016).

Essa visão mercadológica da educação colide frontalmente com o pensamento de Freire (1996), que defende a construção coletiva do conhecimento, o compromisso ético e a solidariedade como fundamentos do processo educativo. A lógica neoliberal, ao valorizar a competição e o mérito individual, nega o princípio da cooperação e da igualdade, pilares da pedagogia freireana. Para Freire (1996, p. 27), “[...] ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, e essa mudança implica romper com estruturas que naturalizam a desigualdade social”.

A educação, sob o viés neoliberal, tende a ser instrumentalizada para atender às demandas do capital, formando indivíduos tecnicamente competentes, mas desprovidos de consciência crítica. A formação humana, neste modelo, perde seu caráter político e ético, transformando-se em mera preparação para o trabalho. Gentili (1995, p. 15), observa que “[...] o neoliberalismo esvaziou o conteúdo social das políticas públicas, substituindo o princípio da justiça social pelo da eficiência econômica”, o que se reflete diretamente nas políticas educacionais, especialmente nas voltadas à EJA.

Na perspectiva freireana, a educação deve ser humanizadora e libertadora, permitindo que o educando compreenda o mundo para transformá-lo. Já o neoliberalismo busca moldar o indivíduo à realidade existente, naturalizando as desigualdades. Essa contradição é evidente quando se observa a EJA. Enquanto Freire (1996) propõe uma prática voltada à conscientização e à emancipação, o neoliberalismo transforma essa modalidade em um mecanismo de compensação

social, destinado apenas a incluir minimamente os sujeitos no sistema produtivo. A pedagogia freireana representa não apenas uma alternativa teórica, mas uma forma de resistência à lógica neoliberal. Ao inserir o diálogo, a solidariedade e a crítica como fundamentos da prática educativa, Freire (1996) defende uma educação comprometida com a justiça social e com a dignidade humana, valores incompatíveis com a racionalidade do mercado.

A Educação de Jovens e Adultos, quando analisada à luz da pedagogia de Paulo Freire, revela-se como um importante território de resistência às imposições do modelo neoliberal. Em um contexto histórico no qual a educação tem sido progressivamente mercantilizada, a EJA mantém viva a proposta de uma formação crítica, voltada para a libertação dos sujeitos e para a construção de uma consciência social transformadora.

Freire (Freire, 2021, p. 39) afirma que “[...] a educação não pode ser um ato neutro, pois ensinar é um ato de coragem e compromisso com a justiça”. Essa perspectiva se opõe diretamente ao discurso neoliberal, que tenta desvincular a educação de sua dimensão política, reduzindo-a a um processo técnico e individualizado. Na EJA, no entanto, o ato educativo ultrapassa a mera transmissão de conteúdos: ele é um espaço de diálogo, reconhecimento e revalorização das experiências de vida dos educandos, especialmente daqueles historicamente excluídos do sistema escolar.

Dessa forma, a EJA, inspirada nos princípios freireanos, busca resgatar o papel político e social da educação, reafirmando o direito de todos ao conhecimento e à participação cidadã. Em contraposição à lógica meritocrática e produtivista do neoliberalismo, essa modalidade defende uma prática pedagógica humanizadora, centrada no respeito à dignidade e à pluralidade dos sujeitos. Como ressalta Duarte (2003, p. 22), “[...] na perspectiva neoliberal, a educação é transformada em mercadoria, e o aluno, em cliente. O professor torna-se um operador técnico que precisa cumprir metas, e não um educador comprometido com a formação crítica dos sujeitos.

A EJA, constitui-se como um espaço de enfrentamento dessa lógica excludente, pois nela se reconhece que o processo educativo vai além da preparação para o trabalho. Ele está relacionado à construção da autonomia e da consciência crítica, princípios essenciais na pedagogia freireana. Freire (1996, p. 45) destaca que a “[...] educação libertadora é um ato de conhecimento e um ato político, no sentido

de que busca a transformação do mundo”. Assim, enquanto o neoliberalismo tenta converter a educação em instrumento de adaptação às exigências do mercado, a EJA, quando pautada em uma prática freireana, busca exatamente o oposto: formar sujeitos capazes de questionar, intervir e transformar a realidade que os cerca. Trata-se, portanto, de uma modalidade que, mesmo enfrentando políticas públicas insuficientes e o enfraquecimento do Estado na área educacional, ainda preserva a esperança e o compromisso ético com a emancipação humana.

Nesse contexto, o pensamento de Paulo Freire se mostra essencial para compreender e resistir a tais impactos. Sua concepção de educação como prática da liberdade oferece um contraponto às tendências tecnicistas e mercantilistas, propondo um modelo pedagógico centrado no diálogo, na criticidade e na valorização da experiência dos educandos. Para Freire (1996, p. 84), “[...] a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade, não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. Assim, diante da lógica neoliberal que fragmenta e desumaniza os processos educacionais, a EJA freireana representa resistência, esperança e reconstrução. Ela reafirma o direito à educação como um bem coletivo e inalienável, indispensável à consolidação de uma sociedade democrática e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho permitiram alcançar o objetivo geral proposto, que consistiu em analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil diante dos impactos das políticas neoliberais que incidem sobre essa modalidade. A partir de uma abordagem histórico-crítica, foi possível compreender como a EJA se constituiu em meio a tensões sociais, disputas políticas e desigualdades estruturais que marcaram e ainda marcam o cenário educacional brasileiro.

Do mesmo modo, os objetivos específicos também foram plenamente atendidos. O primeiro objetivo, que buscou conhecer a trajetória histórica da EJA no Brasil, foi desenvolvido no Capítulo I, no qual evidenciou-se que seu percurso é profundamente influenciado por fatores políticos, econômicos e sociais. Observou-se que a modalidade sempre ocupou posição secundária nas políticas públicas, sendo muitas vezes tratada como ação compensatória e emergencial, apesar de sua relevância para garantir o direito à educação de populações historicamente excluídas. Esse capítulo demonstrou ainda que, embora tenham existido iniciativas importantes ao longo das décadas, a EJA permanece marcada por fragilidades estruturais e pela falta de continuidade nas políticas de Estado.

O segundo objetivo específico, voltado à elaboração de uma reflexão sobre o neoliberalismo e sua trajetória no Brasil, bem como suas interferências na EJA, foi contemplado no Capítulo II. Nesse capítulo, evidenciou-se como a racionalidade neoliberal, ao priorizar a lógica da eficiência, da produtividade e da competitividade, tem provocado o enfraquecimento do papel do Estado e a mercantilização das políticas educacionais. Em contraposição a esse cenário, o pensamento de Paulo Freire foi retomado como fundamento teórico capaz de oferecer uma leitura crítica e emancipatória da educação, permitindo compreender que a EJA deve ir além da adaptação ao mercado e precisa reafirmar sua função social, política e humanizadora. A análise da vida e obra de Freire, juntamente com os princípios que estruturam seu método, reforçou que sua pedagogia permanece atual e necessária diante das contradições impostas pelo neoliberalismo.

Diante desses elementos, constatou-se que tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados de maneira consistente, permitindo compreender que a Educação de Jovens e Adultos, quando analisada sob o olhar freiriano, revela-se como um espaço potente de resistência, conscientização e transformação social.

Os resultados alcançados ao longo do estudo permitiram a, afirmação de, que a EJA, quando orientada por uma concepção crítica de educação, desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania, da autonomia e da emancipação dos sujeitos. A pedagogia de Paulo Freire, ao defender o diálogo, a conscientização e a libertação como princípios estruturantes do ato educativo, evidencia que a educação de jovens e adultos não deve ser reduzida a um processo técnico ou compensatório, mas compreendida como prática social capaz de transformar realidades marcadas pela exclusão. Assim, ao contrário da lógica neoliberal que entende a educação como investimento individual e mercadológico, Freire reafirma a centralidade da formação humana integral e a importância de reconhecer os educandos como sujeitos históricos capazes de intervir no mundo.

É necessário destacar que a presença do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras tem provocado impactos significativos sobre a EJA, seja por meio da redução de investimentos, seja pela adoção de modelos voltados à eficiência e à produtividade, que tendem a desconsiderar as especificidades e necessidades desse público. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que tais políticas fragilizam a modalidade, dificultam o acesso e a permanência dos estudantes e esvaziam o caráter emancipatório da educação. Frente a essas contradições, a pedagogia freiriana se mostra essencial para reafirmar uma prática educativa comprometida com a justiça social, com a dignidade humana e com o direito inalienável à educação.

Desse modo, os achados deste trabalho reforçam a urgência de se investir em políticas públicas consistentes, contínuas e fundamentadas em uma perspectiva crítica e democrática, capazes de superar as desigualdades históricas que marcam a trajetória da EJA no Brasil. Mais do que oferecer escolarização, é necessário garantir condições reais de aprendizagem, participação, acolhimento e valorização das vivências dos educandos, elementos que constituem a base de uma educação verdadeiramente libertadora.

Diante do exposto, ressalta-se que a articulação entre a pedagogia freiriana e a análise crítica do neoliberalismo oferece uma lente indispensável para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos. Ao longo do trabalho, verificou-se que a EJA, para além de uma modalidade voltada à correção de trajetórias interrompidas, constitui-se como espaço de reafirmação de direitos, reconstrução da identidade e fortalecimento da participação social. Isso só se torna possível quando práticas educativas dialógicas, humanas e contextualizadas são privilegiadas, reconhecendo que cada educando traz consigo histórias, saberes e experiências fundamentais para o processo formativo.

Assim, a pesquisa contribui não apenas para o campo acadêmico, ao aprofundar reflexões sobre a relação entre neoliberalismo e EJA, mas também para a prática pedagógica, ao reafirmar que o legado de Paulo Freire permanece atual e necessário. Seu pensamento segue inspirando educadores, gestores e pesquisadores a resistirem às tendências mercadológicas que empobrecem o sentido da educação, e a lutarem por uma escola pública democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Por fim, este estudo reforça que a defesa da EJA como direito social exige compromisso ético, político e pedagógico. É preciso enfrentar a lógica neoliberal que precariza políticas públicas, responsabiliza individualmente os sujeitos e ignora as desigualdades estruturais do país. Ao retomar Paulo Freire como referência teórica e metodológica, reafirma-se a esperança como categoria pedagógica e a educação como prática de liberdade. Em um cenário de desafios constantes, cabe à sociedade, aos educadores e ao Estado consolidar ações que assegurem aos jovens e adultos não apenas o acesso à escolarização, mas a formação crítica e emancipadora necessária para transformar suas próprias vidas e a realidade social em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 1-13.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9 de nov. de 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, conhecimento e verdade**. Campinas: Autores Associados, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GENTILI, Pablo. A reforma educativa neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 13-42.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos**: uma memória contemporânea. São Paulo: Cortez, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2000.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democracia e educação**: teoria crítica da educação, políticas educacionais e escola democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIVA, Jane Soares de. **Educação de jovens e adultos**: entre políticas públicas e práticas pedagógicas. São Paulo: Autores Associados, 2003.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no Brasil**: a agenda da sociedade e do governo. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular**: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. São Paulo: Cortez/Editora Universitária - UFPB, 2001.

VIEIRA, Adriana dos Santos. **Educação de jovens e adultos**: desafios e perspectivas na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2019.

VIEIRA, Paulo Henrique. **Educação de jovens e adultos e políticas públicas**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2019.